



RELATÓRIO DE ATIVIDADES
REALIZADAS PELA UNIDADE DE
CONTROLE INTERNO
(RELACI)

CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRESIDENTE KENNEDY

(CONTAS DE GESTÃO)

TABELA 37 - IN 43/2017 - ANEXO III

Exercício 2018



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES

Controladoria Geral do Município

Amanda Quinta Rangel
Prefeita Municipal

Dorlei Fontão
Vice-Prefeito Municipal

Edilene Paz dos Santos
Controladora Geral_



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 4 |
| 1.1 QUADRO DE PESSOAL..... | 7 |
| 2. ATIVIDADES PREVISTAS PARA EXERCÍCIO 2018..... | 8 |
| 2.1 ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA..... | 9 |
| 2.1.1 DA AUDITORIA NA CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY...10 | 10 |
| 2.1.2 DA AUDITORIA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.....11 | 11 |
| 2.1.3 DA AUDITORIA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.....14 | 14 |
| 2.1.4. DAS AÇÕES DE MONITORAMENTO PREVISTAS PARA EXERCÍCIO 2018..... | 15 |
| 2.1.4.1 DO MONITORAMENTO NO PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO (PRODES/PK) | 16 |
| 2.1.4.2. DO MONITORAMENTO NA AUDITORIA REALIZADA PELO TCEES NA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 011/2015..... | 20 |
| 2.2 DAS ANÁLISES TÉCNICAS..... | 21 |
| 2.3 DO ACESSO À INFORMAÇÃO..... | 22 |
| 2.4 DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA..... | 23 |
| 3. DOS PONTOS DE CONTROLE CONSTANTES NA TABELA REFERENCIAL 1 AVALIADOS PELA CONTROLADORIA GERAL NO EXERCÍCIO DE 2018..... | 27 |
| 3.1 ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA..... | 27 |
| 3.2 ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR..... | 31 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 34 |



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

1 INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral do Município de Presidente Kennedy foi criada a partir da edição da Lei Municipal nº 1.076/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 060/2013 e posteriormente alterada pela Lei Municipal nº 1.169/2015, tendo como missão garantir, mediante ações preventivas de orientação, a fiscalização e avaliação de resultados, o cumprimento das normas quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e dos princípios fundamentais da Administração Pública, pautando-se pela ética e transparência.

A Controladoria Geral atua por meio de pareceres, alertas, instruções normativas, relatórios de auditoria, relatório anual do controle interno sobre a prestação de contas anual, ou até mesmo recomendações informais que corrigem possíveis falhas, vícios ou deficiências operacionais detectadas nas Secretarias Municipais.

Assim sendo, elaboramos o **Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)** referente ao **exercício de 2018**, aprovado através do **Decreto Municipal nº 0047/2018**, que consistiu na execução das atividades de auditoria no âmbito do Poder Executivo e Legislativo Municipal, em conformidade com as ações de auditoria já definidas e que serão desenvolvidas pela Controladoria Geral, conforme determinação contida na Resolução TC nº 227/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Isto posto, diante da necessidade de estabelecer um planejamento adequado dentro das possibilidades e estrutura da Controladoria Geral, em atendimento à competências e responsabilidades previstas na norma legal, o **Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI)** referente ao **exercício de 2018** foi elaborado com enfoque nas seguintes áreas: agricultura, compras, licitações e contratos, saúde, assistência social e administração geral do Poder Executivo, e nas áreas de compras, licitações, contratos e concessão de diárias do Poder Legislativo Municipal, e teve por escopo a realização de auditorias nos Sistemas Administrativos de Controle Interno, constantes pelo art. 3º, do Decreto Municipal nº 60/2013, baseando-se nas rotinas descritas nas Instruções Normativas de cada



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

Unidade Executora, bem como naqueles sistemas em que foram observados índices de riscos, materialidade e vulnerabilidade.

Desta feita, as atividades referidas no Plano Anual de Auditoria Interna possuem a finalidade de avaliar o cumprimento das Instruções Normativas editadas que compõem o Sistema de Controle Interno Municipal, realizando, inclusive, verificações de conformidade junto aos servidores que as utilizam com vistas ao aprimoramento das normas e processos garantindo maior eficácia da Gestão de tal forma que os recursos públicos possam ser utilizados para garantir serviços de qualidade para a população.

Os procedimentos e as técnicas de auditoria utilizadas foram aqueles definidos como conjunto de averiguações (auditorias) que permitiram obter evidências e/ou conjunto probatório necessário e adequado para verificar o correto cumprimento das leis e normas que lhe regulamentam, o que culminou na formulação e fundamentação de Relatório Final de Auditoria emitido pela Controladoria Geral do Município, que objetiva minimizar os riscos inicialmente detectados, sendo posteriormente, dado conhecimento a Unidade Executora auditada e ao Chefe do Poder Executivo e/ou Legislativo.

Na seleção dos sistemas auditados foram considerados os aspectos da **materialidade, relevância, vulnerabilidade, riscos, ocorrências pretéritas** (falhas, erros e outras deficiências anteriores), observância dos princípios basilares da Administração Pública e, ainda, as manifestações/recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) em processos pertinentes ao Município e aqueles que possuem normatizações implementadas.

Deste modo, as auditorias foram realizadas visando mitigar os riscos levantados em cada fase dos procedimentos disciplinados, verificando se estão sendo cumpridos sistematicamente os controles existentes, com emissão, ao final, de relatório objetivando orientar a Administração Municipal.



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

Além das ações de auditoria em processos administrativos, em paralelo, a Controladoria Geral editou e implantou novas Instruções Normativas, visando normatizar ações de controle e procedimentos a serem adotados objetivando a padronização na execução de atividades administrativas.

Importante ressaltar que, a execução das atividades inicialmente planejadas por esta Controladoria Geral quanto ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) referente ao exercício de 2018, restou prejudicado pelo fato da quantidade reduzida de servidores lotados na Controladoria Municipal, vez que a Controladoria Geral pretendeu realizar **Processo Seletivo Conjunto SEMFAZ/CGM nº 001/2018**, cujo objetivo era estruturar a Controladoria Geral Municipal, na contratação de 02 Auditores Municipais, entretanto, **a seleção foi Suspensa em virtude de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo**.

Além, do surgimento de demandas no curso do exercício, que foram inseridas posteriormente ao Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) de 2018, em especial quanto a necessidade de proceder ao disposto em Parecer Jurídico apensado aos processos n.º 11.383/2017 e 19.917/2017, que apontou inconsistências especialmente quanto as divergências entre a interpretação das leis e a prática administrativa das cessões de servidores neste Município, sendo necessário realizar Auditoria em todos os processos de cessões de servidores celebradas pelo Município de Presidente Kennedy e outros órgãos Estaduais e Municipais, sendo a Auditoria pautada na análise dos critérios de legalidade e regularidade dos processos de cessão, e que ao final resultou na elaboração de medidas recomendatórias no sentido de regulamentar a cessão de servidores e sanar as falhas existentes.

Desta feita, cuidamos de replanejar as atividades de auditoria para o exercício de 2018, devido aos fatos supervenientes supra relatados. Assim alteramos e readequamos o PAAI 2018 para constar somente as atividades que seriam passíveis de execução, tendo em vista o curto prazo remanescente e as demandas ordinárias da Controladoria Geral, conforme consta do Ofício CGM nº 229/2018.



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES **Controladoria Geral do Município**

1.1 QUADRO DE PESSOAL

No exercício 2018, o quadro de servidores pertencentes a Controladoria Geral, esclarecemos que atualmente a Controladora Geral, nomeada em 27 de setembro de 2018, por meio do Decreto 058/2018, atua com o auxílio de uma Assessora Técnica, nomeada em 1308/2018, por meio do Decreto 040/2018, na realização das atribuições específicas do Setor, sendo a Controladoria Geral Municipal composta atualmente por 02 servidores.

Conforme exposto, a Controladoria Geral pretendeu realizar Processo Seletivo Conjunto SEMFAZ/CGM nº 001/2018, com a finalidade de estruturar a Controladoria, na contratação de 02 Auditores Municipais, ocorre que, a seleção foi suspensa em virtude de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Assim, com a escassez de pessoal, o Controlador Geral muitas vezes atua, além das suas funções, também, como técnico.

Destacamos que com a desconcentração administrativa, Lei Municipal nº 1.356/2017, esta Controladoria Geral tem a obrigatoriedade de emitir 03 (três) RELUCI, 1 (um) RELOCI, 03 (três) RELACI, totalizando 07 (sete) Relatórios a serem enviados por parte do órgão de controle interno - Controladoria Geral ao TCEES.

2. ATIVIDADES PREVISTAS PARA EXERCÍCIO 2018

Observe-se que o Plano Anual de Auditoria Interna do exercício de 2018 aprovado pelo Decreto Municipal nº 47/2018, previu inicialmente ações de auditoria em 05 áreas distintas, a saber: 1) Concessão de benefícios aos produtores rurais pela Secretaria Municipal de Agricultura; 2) Análise dos processos de compras, licitações, contratos da Câmara Municipal de Presidente Kennedy; 3) Análise dos processos de concessão de diárias da Câmara Municipal de Presidente Kennedy; 4) Monitoramento das recomendações propostas na Auditoria realizada no exercício de 2017 no Programa Municipal de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico (PRODES/PK); 5) Monitoramento das Recomendatórias propostas na auditoria realizada pelo TCCES na Concorrência Pública nº 011/2015.

Entretanto, diante dos fatos supervenientes, inesperados e não planejados por esta Controladoria Geral relatados no Capítulo anterior, algumas Auditorias tiveram que ser interrompidas momentaneamente, o que resultou em promover alteração e readequação do PAAI 2018 para constar somente as atividades que seriam passíveis de execução, tendo em vista o curto prazo remanescente e as demandas ordinárias da Controladoria Geral.

Desta forma, passamos a direcionar as atividades do controle interno com vistas a cumprir as ações discriminadas nas alterações propostas no novo PAAI 2018, a saber:

- Auditoria na Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca, no que tange a concessão de benefícios aos produtores rurais do Município de Presidente Kennedy;
- Auditoria na Câmara Municipal de Presidente Kennedy, no que tange a análise dos processos de concessão de diárias;
- Auditoria na Secretaria Municipal de Administração, Direção de Recursos Humanos, no que tange a regularidade e legalidade no processo de cessão dos servidores públicos cedidos ao Município de Presidente Kennedy;

- Ações de monitoramento nas recomendações propostas pela Auditoria realizada no exercício de 2017 no Programa Municipal de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico (PRODES/PK);
- Ações de Monitoramento das Recomendatórias propostas pela Auditoria realizada pelo TCCES na Concorrência Pública nº 011/2015.

2.1 DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA

O **novo PAAI 2018**, cujas alterações foram propostas por meio do Ofício CGM nº 229/2018, protocolado sob o nº 27.691/2018, foi alterado e readequado para constar somente as atividades que seriam passíveis de execução no exercício de 2018, tendo em vista o curto prazo remanescente e as demandas ordinárias da Controladoria Geral, no qual foram estabelecidas **ações em apenas 05 áreas específicas**:

- 1) análise dos processos de concessão de diárias do Poder Legislativo Municipal;
- 2) concessão de benefícios aos produtores Rurais pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca;
- 3) análise quanto a regularidade e legalidade no processo de cessão dos servidores públicos cedidos ao Município de Presidente Kennedy;
- 4) Monitoramento das recomendações propostas na Auditoria realizada no exercício de 2017 no Programa Municipal de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico (PRODES/PK);
- 5) Monitoramento das Recomendatórias propostas na auditoria realizada pelo TCCES na Concorrência Pública nº 011/2015.

Informamos que as áreas de auditoria supramencionadas foram selecionadas levando-se em consideração os aspectos da materialidade, relevância, vulnerabilidade, riscos, ocorrências pretéritas (falhas, erros e outras deficiências anteriores), observância dos princípios basilares da Administração Pública, e ainda as manifestações/recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) em processos pertinentes ao Município e aqueles que possuem normatizações implementadas.

Deste modo, as auditorias realizadas visaram mitigar os riscos levantados em cada fase dos procedimentos disciplinados, verificando se estão sendo cumpridos sistematicamente os controles existentes, com emissão, ao final, de relatório objetivando orientar a Administração Municipal.

2.1.1 Da Auditoria na Câmara Municipal de Presidente Kennedy

| | |
|-----------------------|--|
| Área Auditada: | Câmara Municipal de Presidente Kennedy. |
| Escopo: | As verificações e análises foram realizadas utilizando-se como referência 07(sete) processos de concessão de diárias, e a confrontação destes as normas que regulamentam a concessão de diárias aos servidores e vereadores, Resolução CMPK nº 036/2012. |
| Período: | Início em março/2018 a junho/2018 |
| Equipe: | 02 servidores |
| Objetivo: | Verificar o cumprimento dos requisitos legais para a concessão de diárias aos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Presidente Kennedy. |
| Metodologia: | Os exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria, conforme orientações contidas no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo. |
| Constatações: | Esta auditoria resultou em 05 (cinco) constatações/recomendações, que constam integralmente nos autos do processo administrativo nº 8621/2018, que já estão sendo cumpridas. |
| Conclusão: | A Controladoria Geral recomendou ao (s) Presidente da Câmara Municipal de Presidente Kennedy a correta aplicação dos dispositivos previstos na Resolução CMPK nº 036/2012 e sugeriu a regularização dos atos que tenham sido praticados em desacordo com a norma legal. |

Quanto à auditoria concessão de diárias aos servidores e Vereadores da Câmara Municipal de Presidente Kennedy, registramos que em março/2018 iniciamos as ações necessárias para a obtenção de informações junto à Câmara Municipal de Presidente Kennedy e, através da circularização do Ofício CGM nº 030/2018 protocolado em 06/03/2018 sob o nº 448/2018, solicitamos que nos fossem disponibilizados o quantitativo total de despesas com diárias de TODOS os servidores desta Egrégia Câmara, referente ao exercício do ano de 2016 e 2017, bem como, o envio físico de todos os processos de diárias, processos de pagamento e suas referidas prestações de contas e cópia de todas as leis e normas que regulamentam a concessão de diárias aos servidores do Poder Legislativo Municipal.

Assim, a Câmara Municipal de Presidente Kennedy prontamente encaminhou toda a documentação solicitada e em todo tempo se mostrou disponíveis e solícita em contribuir com a atuação da Controladoria Geral.

Por conseguinte, analisamos minuciosa e detalhadamente toda documentação disponibilizada e em **junho/2017** elaboramos o **Relatório Preliminar de Auditoria nº 001/2018**, no qual mencionamos alguns achados detectados e encaminhamos a Câmara Municipal de Presidente Kennedy para manifestação.

Após a Defesa Prévia e justificativa apresentada para cada achado detectado pelo Responsável pela Câmara Municipal de Presidente Kennedy, foi verificada a subsunção legal de cada argumento e emitida conclusão no **Relatório Conclusivo de Auditoria nº 001/2018**, elaborado em **junho/2018**, no qual a Controladoria Geral expediu recomendações que entendeu como necessárias.

Destacamos que de acordo com a amostra analisada na auditoria realizada, verificou-se o cumprimento/atendimento dos critérios estabelecidos na Resolução nº 036/2012 e que a documentação pertinente está sendo anexada aos autos de solicitação e concessão de diárias, entretanto, houve a sugestão de que todos os processos de solicitação/concessão de diárias, sejam instruídos com as cópias dos respectivos de cheques do montante entregue ao servidor/Vereador para o evento solicitado, comprovando assim o devido recebimento do mesmo

2.1.2 Da Auditoria na Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca

| | |
|-----------------------|---|
| Área Auditada: | Secretaria Municipal de Agricultura. |
| Escopo: | As verificações e análises foram realizadas utilizando-se como referência a legislação municipal que regulamenta a concessão de benefícios ao produtor rural. |
| Período: | Início em dezembro/2017. |
| Equipe: | 02 servidores |
| Objetivo: | Verificar o cumprimento dos requisitos legais para a concessão de benefícios aos produtores rurais. |
| Metodologia: | Os exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras |



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

| | |
|----------------------|--|
| | de Auditoria, conforme orientações contidas no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo. |
| Constatações: | Esta auditoria resultou em 09 (nove) constatações/recomendações, que constam integralmente nos autos do processo administrativo nº 26.808/2017, que já estão sendo cumpridas. |
| Conclusão: | A Controladoria Geral recomendou a(s) Secretária Municipal de Secretária Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca e aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável a correta aplicação dos dispositivos previstos na Lei 1.1002013 e 1.103/2013 e nas Resoluções do CMDRS , sugeriu a regularização dos atos que tenham sido praticados em desacordo com a norma legal, além da uniformização dos procedimentos de concessão de benefícios aos produtores rurais. |

No que se refere à auditoria na Secretaria Municipal de Agricultura registramos os trabalhos de Auditoria foram instruídos no ano de 2017, entretanto, não possível sua conclusão antes da elaboração do relatório para envio na Prestação de Contas Anual do exercício de 2017. Desta feita, a conclusão das atividades de auditoria iniciadas na Secretaria ocorreu no exercício de 2018.

Assim, quanto ao procedimento de auditoria, registramos que os trabalhos foram iniciados em setembro de 2017 até dezembro de 2018, iniciamos as ações necessárias para a obtenção de informações junto à Secretaria e, através da circularização do Ofício CGM nº 124/2018 protocolado em 20/09/2017 sob o nº 23.511/2017, em que elaboramos perguntas pertinentes aos critérios legais previstos nas normas que regulamentam a concessão de benefícios a produtores rurais, bem como, o envio de relação de beneficiados por cada programa, e cópia de todas as leis e normas que regulamentam a concessão dos benefícios as produtores rurais do Município de Presidente Kennedy.

Assim, através do processo 26.808/2017, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável encaminharam as documentações, sendo necessário o envio de mais documentos para melhor instruir o procedimento de auditoria.

Desta forma, analisamos minuciosa e detalhadamente toda documentação disponibilizada e em **junho/2018** elaboramos preliminarmente parecer, afim de esclarecer alguns pontos controvertidos e solicitar mais informações. Após o

reenvio da documentação solicitada, em novembro 2018, enviamos o **Relatório Preliminar de Auditoria nº 002/2017**, no qual mencionamos alguns achados detectados e encaminhamos a Secretária Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca e aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável para manifestação.

Após as Defesas Prévias apresentadas por todos e as justificativas apresentadas por cada achado detectado, foram analisados e verificada a subsunção legal de cada argumento e emitida conclusão inserta no **Relatório Conclusivo de Auditoria nº 002/2017**, elaborado em **fevereiro/2019**, no qual a Controladoria Geral expediu as recomendações que entendeu como necessárias para cumprimento das demandas e incluiu o Programa de Concessão de Benefícios aos Produtores Rurais do Município de Presidente Kennedy em fase de monitoramento a fim de acompanhar o cumprimento das recomendações.

Assim, a Secretária Municipal de Desenvolvimento da Agricultura e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável ficaram responsáveis pela realização de diversas ações e cumprimento das demandas recomendadas, bem como pela comunicação à Controladoria Geral quanto ao cumprimento de cada item recomendado (é que chamamos de *follow up*, que é a atividade inerente aos trabalhos de auditoria, que objetiva verificar o cumprimento das recomendações relatadas e implantação dos processos de melhoria necessários).

Registramos, oportunamente, que todos os processos administrativos, Relatórios Preliminares e Conclusivos, planilhas, dentre outros documentos analisados estão à disposição desta Corte de Contas na Controladoria Geral para quaisquer esclarecimentos e/ou informações que fizerem necessárias.

2.1.3. Da Auditoria na Secretaria Municipal de Administração

| | |
|-----------------------|--|
| Área Auditada: | Secretaria Municipal de Administração. |
| Escopo: | As verificações e análises foram realizadas utilizando-se como referência a legislação municipal que regulamenta a cessão de |

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

| | |
|----------------------|---|
| | servidores públicos municipais. |
| Período: | Início em março/2018. |
| Equipe: | Controladora Geral. |
| Objetivo: | Verificar o cumprimento dos requisitos legais para os procedimentos de cessão de servidores públicos municipais ao Município de Presidente Kennedy. |
| Metodologia: | Os exames foram conduzidos de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria, conforme orientações contidas no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo. |
| Constatações: | Esta auditoria resultou em 07 (sete) constatações/recomendações, que constam integralmente nos autos do processo administrativo nº 12.526/2018, que já estão sendo cumpridas. |
| Conclusão: | A Controladoria Geral recomendou a(s) Secretaria Municipal de Administração e Diretoria Geral de Recursos Humanos a correta aplicação dos dispositivos previstos na Lei complementar nº 03/2009 e sugeriu a regularização dos atos que tenham sido praticados em desacordo com a norma legal, além da uniformização dos procedimentos de cessão por meio de elaboração de Instrução Normativa. |

Quanto à auditoria nos processos de cessão dos servidores públicos cedidos ao Município de Presidente Kennedy, registramos que em março/2018 iniciamos as ações necessárias para a obtenção de informações junto à Diretoria Geral de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy e, através da manifestação emitida em Processo Administrativo nº 11.383/2017, em que solicitamos a disponibilização de todos os processos físicos originais, bem como documentos, processos de cessão, ficha financeira, referente a três servidora para a realização de auditoria por amostragem.

Ocorre que, para melhor instrução processual, vez que havia outro processo com mesma finalidade, direcionamos toda a atuação de auditoria para o processo Administrativo nº 12.526/2018.

Assim, a Diretoria Geral de Recursos Humanos de Presidente Kennedy encaminhou toda a documentação solicitada.

Por conseguinte, analisamos minuciosa e detalhadamente toda documentação disponibilizada e em **dezembro/2018** elaboramos o **Relatório Preliminar de Auditoria nº 002/2018**, no qual mencionamos alguns achados detectados e encaminhamos a Secretaria Municipal de Administração e Diretoria Geral de Recursos Humanos de Presidente Kennedy para manifestação.

Após a Defesa Prévia e justificativa apresentada para cada achado detectado pela Responsável pela Direção de Recursos Humanos do Município de Presidente Kennedy, foi verificada a subsunção legal de cada argumento e emitida conclusão no **Relatório Conclusivo de Auditoria nº 001/2018**, elaborado em **janeiro/2019**, no qual a Controladoria Geral expediu recomendações que entendeu como necessárias.

Destacamos que de acordo com a amostra analisada na auditoria realizada, verificou-se a descumprimento dos critérios estabelecidos na legislação Municipal quanto aos procedimentos adotados nos casos de cessão de servidores cedidos ao município de Presidente Kennedy, sendo recomendado medidas no sentido de regulamentar a cessão de servidores e saneadoras quanto aos achados encontrados.

Assim, a Secretaria Municipal de Administração e Diretoria Geral de Recursos Humanos ficaram responsáveis pelo cumprimento das demandas recomendadas, devendo comunicar à Controladoria Geral quanto ao cumprimento de cada item recomendado (é que chamamos de *follow up*, que é a atividade inerente aos trabalhos de auditoria, que objetiva verificar o cumprimento das recomendações relatadas e implantação dos processos de melhoria necessários).

2.1.4. Das Ações de Monitoramento Previstas para Exercício 2018

O **monitoramento** tem por objetivo verificar o cumprimento das deliberações exaradas pelos órgãos de controle externo – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal – e pelo órgão de controle interno – Controladoria Geral do Município – bem como acompanhar os resultados decorrentes das auditorias já realizadas e quantificar, sempre que possível, os **benefícios efetivos** delas decorrentes.

Assim sendo, neste capítulo mencionaremos as atividades de monitoramento que foram realizadas no exercício de 2018 tendo em vista as auditorias realizada(s) no(s) exercício(s) anteriores pelos órgãos de controle externo e pela própria Controladoria Geral do Município.

2.1.4.1 Das Ações de Monitoramento das Recomendações propostas na Auditoria realizada no exercício de 2017 no Programa Municipal de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico (PRODES/PK)

No exercício de 2017, foi realizada Auditoria acerca da concessão de bolsas de estudo por meio do Programa Municipal de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico (PRODES/PK) a população do Município de Presidente Kennedy, e que ao final por meio do **Relatório Final de Auditoria** 001/2017, esta Controladoria Geral expediu as recomendações que entendeu como necessárias e assinalou diversos prazos para cumprimento das demandas além de incluir o Programa Municipal de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico (PRODES/PK) em fase de monitoramento a fim de acompanhar o cumprimento das recomendações.

Desta forma, foi elaborada tabela, com as recomendações e prazos para o cumprimento, conforme discriminado abaixo:

| ITEM | RECOMENDAÇÃO | PRAZO |
|------|---|----------|
| 01 | Elaboração de PROJETO DE LEI DE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 638/2005 com vistas a adequar e regulamentar a norma às necessidades atuais do Programa, no qual deverão ser contemplados todos os aspectos pontuados na “Matriz de Achados de Auditoria”, a fim de estabelecer em lei conceitos objetivos, requisitos específicos e definir pontualmente documentos a serem apresentados pelos Requerentes. | IMEDIATO |
| 02 | Elaboração de ESTUDO TÉCNICO o qual deverá fazer levantamento de dados socioeconômicos da população kennedense e do mercado de trabalho local a fim de priorizar áreas voltadas ao desenvolvimento estratégico do Município de Presidente Kennedy, o qual definirá as áreas de ensino que serão prioritárias bem como o quantitativo de vagas ofertadas para cada curso | 06 MESES |
| 03 | Definição de QUANTITATIVO DE VAGAS PARA CADA CURSO de nível técnico, de graduação e de pós-graduação conforme dados obtidos no estudo técnico. | 06 MESES |

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

| | | |
|----|--|----------|
| 04 | Imediata e urgente <u>REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO VOCACIONAL</u> , cuja exigência consta prevista na Lei Municipal nº 638/2005 desde ano de 2014, entretanto, até a presente não foi regulamentada pela Secretaria Municipal de Educação. | 04 MESES |
| 05 | A Comissão do PRODES, sob a supervisão da Secretária Municipal de Educação, deverá realizar a <u>REAVLIAÇÃO DOCUMENTAL DE TODOS OS BENEFICIÁRIOS ATUALMENTE INSERIDOS NO PRODES</u> como condição de manutenção das referidas bolsas de estudo, a fim de verificar a continuidade dos requisitos legais, do desempenho acadêmico e das condições pessoais do Bolsista que lhe possibilitaram a concessão inicial, de modo que os Bolsistas que não se enquadrarem INTERGRALMENTE nos requisitos da lei deverão ser imediatamente desligados do Programa, vedado seu reingresso. | IMEDIATO |
| 06 | Tornar <u>OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA</u> na residência de todos os Requerentes que pleitearem bolsas de estudo por parte da Comissão do PRODES, a qual deverá resultar na elaboração de <u>Laudos de Visita Técnica</u> contendo informações técnicas acerca da veracidade das declarações prestadas no ato da inscrição, de modo que tais Laudos devem mencionar os dispositivos legais que foram ou não cumpridos, devem ser acompanhados de relatório fotográfico, ser assinados por todos os membros da Comissão. | IMEDIATO |
| 07 | Tornar <u>OBRIGATÓRIA A ELABORAÇÃO DE ATA EM TODAS AS REUNÕES DA COMISSÃO</u> , em especial das reuniões que tratarem de concessão das bolsas de estudo, mencionando nominalmente todas as pessoas que tiveram as bolsas DEFERIDAS e INDEFERIDAS. | IMEDIATO |
| 08 | Estabelecer os <u>MESMOS REQUISITOS E CONDIÇÕES DE ACESSO AO BENEFÍCIO PARA TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO</u> (técnico, graduação e pós-graduação), especialmente no que se refere aos cursos de graduação em medicina e odontologia, posto que vislumbramos tratamento legal diferenciado aos bolsistas, o que representa violação ao princípio da isonomia. | IMEDIATO |
| 09 | Fiscalizar e <u>CONTROLAR A FREQUÊNCIA DE TODOS OS BOLSISTAS</u> , os quais não podem obter faltas injustificadas além do quantitativo máximo estabelecido por cada Instituição de Ensino, de modo a violação desta regra deverá ensejar o desligamento do Programa, vedado seu reingresso, e devolução de todo valor pago pela Municipalidade com o curso. | IMEDIATO |
| 10 | Fiscalizar e <u>EXIGIR A CADA SEMESTRE/ANO A APRESENTAÇÃO</u> dos seguintes documentos: <u>“DECLARAÇÃO DE NÃO REPETENTE”</u> E <u>“DECLARAÇÃO DE DESEMPENHO SATISFATÓRIO”</u> DE TODOS OS BOLSISTAS, e não poderá ocorrer o RECADASTRAMENTO SEMESTRAL/ANUAL do Beneficiário sem a apresentação destes documentos, os quais comprovam o desempenho acadêmico do aluno bolsista e auxilia o controle do Programa exercido pela Comissão do PRODES. | IMEDIATO |
| 11 | Normatizar a fim de que as <u>FICHAS DE INSCRIÇÃO JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS LEGAIS SEJAM DEVIDAMENTE PROTOCOLIZADOS NO PROTOCOLO GERAL</u> , de modo que o Requerente à bolsa deverá datar e assinar a ficha de inscrição bem como rubricar todas as folhas da documentação protocolada e os servidores do Protocolo Geral deverão autuar os autos, carimbar e rubricar todas as folhas e encaminhar os processos formalizados à Secretaria Municipal de Educação/PRODES. | IMEDIATO |



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

Desta feita, foi realizada a inclusão da demanda nas ações de monitoramento, a fim de acompanhar o integral cumprimento dos itens recomendados, cujas ações foram desenvolvidas ao longo do exercício de 2018.

Das recomendações feitas pela Controladoria Geral Municipal, inicialmente, evidenciou-se que por intermédio da **Lei Municipal de nº 1.367/2018**, houve a reformulação da **Lei Municipal nº 638/2005**, que Institui o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior no Município de Presidente Kennedy - PRODES/PK, vez que alterou, incluiu e revogou alguns artigos, para que o procedimento de concessão das bolsas fosse adequado as necessidades atuais do Programa de Concessão de Bolsas de Estudos.

Restando ainda evidenciado, que algumas adequações devem ser feitas na Legislação, para fins de aperfeiçoamento quanto as normas de concessão das bolsas de Estudo, além de verificar que não houve a devida adequação na norma Regulamentadora do Programa, o **Decreto Municipal nº 08/2013**, tornando-se imprescindível que a norma seja reformulada nos moldes da **Lei Municipal nº 638/2005**, sendo para tal, foi circularizado Ofício CGM/PK nº 222/2018, processo nº 37.028/2018, no qual a Comissão pontuou que está adotando as medidas administrativas pertinentes quanto a revogação/reformulação da norma que regulamenta a **Lei Municipal nº 638/2005**.

Ademais, por meio do Ofício CGM/PK nº 081/2018, protocolado em 19/04/2018, processo nº 11.346/2018, houve a solicitação inicial de informações quanto ao cumprimento das demais recomendações feitas no **Relatório Conclusivo de Auditoria** 001/2017, entretanto, não houve manifestação da Secretaria Municipal de Educação.

Posteriormente em 20/09/2018, por meio do Ofício CGM/PK nº 164/2018, processo nº 28.137/2018, houve reiteração ao CGM/PK nº 081/2018, solicitando informações quanto ao cumprimento das recomendações.

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação e a Comissão de Avaliação e Controle do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico do Município de Presidente Kennedy informaram que, quanto a Regulamentação da Atividade Educação Vocacional, já existe a implantação do Serviço de Orientação Profissional – SOP, realizado desde o ano 2017, sendo intensificado em 2018, com a implantação de várias atividades.

Ocorre que tal atividade prescinde de Regulamentação, nos moldes do art. 3º da Lei Municipal nº 638/2005, o que já se encontra em tramite através de processo nº 34.083/2018, que visa regulamentar a Atividade de Orientação Vocacional, sendo portanto, realizado o cumprimento da recomendação posta na **Relatório Conclusivo de Auditoria 001/2017**.

No que tange as recomendações de reavaliação documental de todos os beneficiários atualmente inseridos no Programa, a realização de diligências, a elaboração obrigatória de atas de reunião da Comissão, a implantação dos mesmos requisitos de acesso a todos os níveis de ensino, o controle de frequência realizado pela Comissão de todos os bolsistas e a exigência de que todos os pedidos sejam devidamente protocolados no Protocolo Geral, evidenciou-se que tais recomendações foram cumpridas, conforme constatou nos editais de seleção de nº 004/2018 e 006/2018, e nos relatórios anexos ao processo nº 28.137/2018.

Isto posto, a Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do PRODES/PK ficaram responsáveis pelo cumprimento das demandas recomendadas e que não foram cumpridas no ano de 2018, bem como pela comunicação à Controladoria Geral quanto ao cumprimento de cada item recomendado (é que chamamos de *follow up*, que é a atividade inerente aos trabalhos de auditoria, que objetiva verificar o cumprimento das recomendações relatadas e implantação dos processos de melhoria necessários).

2.1.4.2. Do Monitoramento das Recomendações propostas na Auditoria realizada pelo TCEES na Concorrência Pública nº 011/2015



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo realizou Fiscalização neste Município face a Representação particular formulada contra indícios de irregularidades no âmbito da Concorrência Pública nº 011/2015, cujo objeto e a “REALIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORIAS OPERACIONAIS E PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA VICINAL MUNICIPAL DO TRECHO 1 (integrante do Lote II): Estrada Leonel - Alegria, com extensão de 1,80 km”, sendo contratada a empresa CONSTRUTORA PREMOCIL LTDA.

Verificou a Corte de Contas que a referida contratação teve valor inicial da ordem de R\$ 2.495.739,78 (dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos), tendo sido aditivado em R\$ 606.279,82 (seiscentos e seis mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos), totalizando R\$ 3.102.108,53 (três milhões, cento e dois mil, cento e oito reais e cinquenta e três centavos).

Assim, após envio de **Decisão 00250/2018-8 proferida na 3ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara**, houve a solicitação do Gabinete para que providências fossem adotadas por esta Controladoria, frente as recomendações postas.

Desta feita, no exercício de 2018, foi realizada a inclusão da demanda nas ações de monitoramento, a fim de acompanhar o integral cumprimento das recomendações destacadas na Manifestação Técnica TC nº 01718/2017-7, por parte da Secretaria Municipal de Obras.

Por conseguinte, através da circularização por meio do Ofício CGM/PK nº 089/2018, protocolado em 09/05/2018, processo nº 13.092/2018, houve a solicitação inicial de informações quanto ao cumprimento das recomendações feitas Manifestação Técnica TC nº 01718/2017-7.

Em resposta, a Secretaria Municipal de Obras, por intermédio do Fiscal do Contrato, o Sr. Diego Wagner, pontuou que o atraso da conclusão da obra ocorreu devido à demora nos procedimentos de desapropriação das áreas lindeiras, para a liberação das áreas marginais da estrada existente, vez que a desapropriação não

ocorreu por meio de pagamento de indenização, mas sim em decorrência de benfeitorias nas áreas, justificando ainda o atraso ao curto prazo definido no projeto inicial da Obra.

Arguindo também sobre os fatores que ensejaram o aditivo no valor do contrato, que conforme relata, estão vinculados ao projeto executivo, vez que na fase de execução da obra, houve pequenas deficiências nas quantidades iniciais. Em sua manifestação o Engenheiro, fiscal da obra, pontua que o acréscimo no valor do contrato visou tão somente atender aos serviços de terraplanagem e drenagem faltantes para a realização da obra.

Ressaltando ainda que, a posição física do Contrato nº 312/2015 está plenamente coincidindo com a posição financeira, restando somente serem realizados os serviços de sinalização horizontal e vertical, colocação de tachas demarcatórias das faixas e colocação de defensas metálicas, entretanto, **por determinação do TCE-ES através da Manifestação Técnica nº 0159/2017-8 houve a retenção do valor de R\$ 733.325,68, ocasionando assim paralização total dos serviços.**

2.2 DAS ANÁLISES TÉCNICAS

No exercício de 2018 foram elaboradas 05 (cinco) análises técnicas de processos administrativos encaminhados por Gestores, cujo objetivo foi de verificar a regularidade dos atos e proceder orientações diversas sobre demandas pontuais. Assim, embora à análise técnica não tenha o alcance de auditoria, procedemos com as devidas orientações no intuito de prevenir os atos administrativos e alcançar as melhores práticas administrativas na execução/ gestão dos contratos.

| Item | Órgão Requerente | Processo/Assunto |
|-------------|---------------------------------------|--|
| 01 | Secretaria Municipal de Obras | 13.661/2017 – Aplicação de Sanção Administrativa a empresa |
| 02 | Secretaria Municipal de Administração | 7937/2017 - Documentação Processo Licitatório |
| 03 | Secretaria Municipal de Saúde | 30.454/2018 – Solicitação de Aditamento de Valor em Contrato de Rateio |

| | | |
|----|---------------------------------------|---|
| 04 | Gabinete | 36.031/2018 – Notificação Ministério Público |
| 05 | Secretaria Municipal de Meio Ambiente | 25.333/18 – Análise referente a empresa HAF Construtora |

2.3 DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Compete a Controladoria Geral do Município, após a promulgação da **Lei Municipal nº 1.082**, assegurar cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, avaliar e monitorar a implementação do serviço de acesso a Informação e apresentar ao dirigente máximo de cada órgão ou entidade a divulgação e orientar quanto ao necessário e efetivo cumprimento do demandas, quais sejam, das informações e solicitações feitas junto ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que funciona junto à Ouvidoria Municipal, localizado na Sede do Município de Presidente Kennedy, órgão central gerenciador das demandas e transmissor das informações aos cidadãos.

O e-Sic eletrônico é uma plataforma virtual destinada a receber pedidos de informação, disponibilizado pela Comunidade Software Público do Governo Federal desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Natal, sobre licença de código aberto, que tem a funcionalidade de receber, processar, encaminhar e fornecer informações pertinentes a transparência ativa e passiva, possibilitando todo cidadão (pessoa física ou jurídica) cadastrar sua solicitação de informação, a qual é imediatamente encaminhada para a Secretaria correspondente, que possui o prazo da lei para atender à solicitação do cidadão.

Assim, a Controladoria Geral e a Divisão de Tecnologia da Informação vem promovendo orientações com os Gestores Municipais e servidores públicos que operam diariamente os sistemas, sobre as medidas necessárias para a efetiva implementação da Lei de Acesso a Informação, bem como promovendo o controle quanto aos prazos definidos em lei para apresentação dos órgãos públicos municipais das informações/demandas solicitadas.

O **marco inicial do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-Sic)**, no Município de Presidente Kennedy **ocorreu em 2016**, possibilitando ao cidadão solicitar informações *on line* e a obtê-las nos prazos previstos em lei, sendo que o sistema tem evoluído, pois no **exercício de 2016** foram registradas **16 (dezesseis) solicitações**.

No **exercício de 2017** foram registrados **19 (dezenove) solicitações** e no exercício de 2018, constatou-se que foram feitas **178 (cento e setenta e oito) solicitações** através do e-Sic Municipal conforme demonstrado na imagem abaixo:

RELATÓRIO GERAL e-SIC EXERCÍCIO 2017 e 2018

1. Relatórios Estatísticos do Sistema

No exercício de 2017 foram registradas o total de 19 (dezenove) solicitações no Sistema e-Sic, já no ano de 2018 foram registrados 178 (cento e setenta e oito) solicitações no Sistema e-Sic, conforme verifica-se no gráfico abaixo:



Informamos, ainda, que todas as solicitações realizadas foram feitas por meio eletrônico – SIC Eletrônico.

Nesse sentido, é nítida a evolução de acessos ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-Sic) do ano de 2017 para 2018, e como a população tem utilizado essa ferramenta como meio de obter as informações.

| DEMANDAS RECEBIDAS | |
|---------------------|-------|
| Denúncia | 16.9% |
| Fale Conosco | 52.2% |
| Acesso à Informação | 30.9% |

| RESULTADO DAS DEMANDAS | | | |
|------------------------|-------|-------------------------|--------|
| Denúncia | 16.9% | Aberto | 0.0% |
| | | Em andamento | 0.0% |
| | | Concluído | 100.0% |
| Fale Conosco | 52.2% | Aberto | 0.0% |
| | | Em andamento | 5.4% |
| | | Concluído | 94.6% |
| Acesso à Informação | 30.9% | Aberto | 0.0% |
| | | Em andamento | 5.5% |
| | | Concluído (Atendidos) | 94.5% |
| | | Concluído (Indeferidos) | 0.0% |

Observa-se ainda que, a Administração Municipal por intermédio da Ouvidoria Municipal, tem pautado esforços, para que as demandas sejam respondidas em tempo hábil, conforme se constata através de relatório extraído do portal da Ouvidoria.

2.5 DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O Município de Presidente Kennedy no ano de 2018 possuía contrato com a empresa ÁGAPE ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA EPP (Ata de Registros de Preços) cujo objeto é Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para reformulação, licença, treinamento, suporte mensal e hospedagem do Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES, e serviços de Implantação, licença, treinamento e suporte mensal do Portal da Controladoria da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES.

Após a contratação da empresa, o portal da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy e o Portal da Transparência foram atualizados e reformulados, além da entrega de e-mail, com criptografia SSL, treinamento e suporte.



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

Constata-se que no Portal da Transparência é possível encontrar todas informações quanto às despesas, receitas, pessoal, contas públicas, contratos, convênios, obras/serviços, desapropriações, planejamento, dentre outras informações.

O novo Portal dispõe de mais acessibilidade, navegabilidade, tornando a pesquisa, visualizações dos dados e experiência dos usuários e cidadãos mais assertiva, dispondo de algumas ferramentas que auxilia o usuário na utilização do Portal, tais como: atalhos onde consegue aumentar o tamanho dos textos, diminuir o tamanho dos textos, inverte cores, ir a página inicial do portal, ir para o início ou final da página, diminuir ou aumentar fonte, dentre outros atalhos.

Desse modo, destacamos que com o novo Portal da Transparência, a Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy cumpriu os requisitos no que tange aos Dados abertos, que são formas de permitir que máquinas (computadores) sejam programados para acessar as informações, pesquisas exportação das informações para CSV, TXT e XML.

O Portal Transparência do Município de Presidente Kennedy ainda em 2018, aprimorou-se, com melhoria de sua usabilidade, com adequação de dados abertos, com isso tornando mais interativo e acessível, de forma a facilitar a navegação para seus diferentes públicos.

Ademais, o **novo Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy**, contar com acessibilidade por meio de dispositivos móveis (smartphones e tablets), dados abertos acessíveis por API (Application Programming Interface), que em português significa "Interface de Programação de Aplicativos", melhorias na acessibilidade ao Portal da Transparência para pessoas com de necessidades especiais, melhorias nas pesquisas e exibição de dados.

Por fim, ressaltamos que a Divisão de Tecnologia da Informação juntamente com a Coordenadoria de Comunicação desenvolveu projeto "Kennedy Online" é possível informar e solicitar serviços relacionados à coleta seletiva, saúde, transportes,



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

serviços urbanos, notícias, ouvidoria, entre outros. O aplicativo está disponível para os sistemas operacionais IOS e Android.

3. DOS PONTOS DE CONTROLE CONSTANTES NA TABELA REFERENCIAL 1 AVALIADOS PELA CONTROLADORIA GERAL NO EXERCÍCIO DE 2018

Segue abaixo os pontos de controle constantes da Tabela Referencial 1 que foram apreciados pela Controladoria Geral nas Contas Anual da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy (Contas de Gestão).

CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY

3.1 ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA

4.1.1 Itens de Abordagem Prioritária

1.2 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

| Item 1.2.4 | | | |
|--|---|---|--|
| Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor | CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local | Auditoria Governamental de conformidade | Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência. |

No que se refere ao Item 1.2.4, temos a informar que após a análise dos o Resumo Anual da Folha de Pagamento do Exercício Financeiro de 2018, e Demonstrativos Contábeis emitidos pela Divisão de Contabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda, verificou-se que não ocorreu repasse intempestivo ao Regime Geral de Previdência Social.

1.3 GESTÃO PATRIMONIAL

| Item 1.3.1 | | | |
|--|--|--|--|
| Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário. | CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96. | Conformidade (conciliação de demonstrativos) | Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações. |

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

A despeito do Item 1.3.1 registramos que as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, vez que o **valor total dos bens móveis** constante do Balanço Patrimonial é de **R\$ 30.770.902,48** (trinta milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e dois reais e quarenta e oito centavos).

Ao confrontarmos o valor acima constante no Balanço Patrimonial com o valor de bens móveis inserido no **Inventário Anual dos Bens Patrimoniais** verifica-se ambos são compatíveis, vez que também se identifica o **R\$ 30.770.902,48**.

De igual modo, o **valor dos bens imóvel** constante do **Balanço Patrimonial** é de **R\$ 220.321.524,96** (duzentos e vinte milhões, trezentos e vinte e um mil, quinhentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos) e o valor de **bens imóveis** inseridos no **Inventário Anual dos Bens Móveis** é idêntico ao valor descrito no Balanço Patrimonial, qual seja, **R\$ 220.321.524,96** demonstrando que ambos são compatíveis e que os bens em estoque estão evidenciados em sua integralidade.

| Item 1.3.2 | | | |
|--|--------------------------|---|--|
| Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle | Lei 4.320/1964, art. 94. | Auditoria Governamental de conformidade | Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração. |

A respeito do Item 1.3.2 registramos que no Município de Presidente Kennedy foi editada a Lei Municipal nº 1.135/2014, que criou a Comissão Permanente de Controle de Bens Móveis e Imóveis (COMBENS) e o Decreto Municipal nº 042/2017, designou os respectivos responsáveis administrativos.

Quanto as atribuições da Comissão Permanente de Controle de Bens Móveis e Imóveis (COMBENS), ressaltamos que se encontram descritas no art. 2º e 3º da Lei Municipal nº 1.135/2014, dentre as quais destacamos a responsabilidade por todos os registros analíticos de bens de caráter permanente, bem como, pelas informações necessárias e suficientes para sua caracterização.

| Item 1.3.3 | | | |
|---|--|---------------------------------------|--|
| Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação | LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88. | Conformidade (Verificação documental) | Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais. |

As disponibilidades financeiras foram depositadas em diversas contas bancárias, sendo no Banco do Brasil, Banco Banestes e Caixa Econômica (conta corrente e aplicação financeira), que são instituições financeiras oficiais, conforme demonstrado no Fluxo de Caixa da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy do exercício de 2018, anexado à documentação emitida pela Divisão de Contabilidade constante do processo administrativo nº 8.011/2019.

Informamos, ainda, que tal verificação também se observa através das manifestações à esta Controladoria Geral em resposta ao Ofício CGM/PK nº 014/2019, Ofício CGM/PK nº 015/2019, Ofício CGM/PK nº 0167/2018 e ao Ofício CGM/PK nº 230/2018, enviados ao Banco Brasil, Caixa Econômica, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo (SICOOB SUL) e ao Banco do Banestes, respectivamente.

Sendo que nas respostas recebidas por esta Controladoria, evidenciou-se que apenas a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo (SICOOB SUL) em resposta através do Protocolo 29398/2018, informou que a Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy NÃO possui Conta Corrente ou Poupança.

| Item 1.3.4 | | | |
|---|--------------------------------|--|--|
| Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação | Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96. | Conformidade (conciliação de demonstrativos) | Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício. |

Quanto ao Item 1.3.4 informamos que fizemos a confrontação entre os valores depositados nas contas correntes e aplicações financeiras, registrados nos

Balanços Contábeis, no Termo de Verificação de Disponibilidades com os valores registrados nos Extratos Bancários referente ao final do exercício do ano de 2018.

Informamos, ainda, que tal verificação também foi realizada por meio da análise das informações enviados pelas seguintes instituições financeiras: Banco Banestes, Caixa Econômica Federal, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo (SICOOB SUL) e ao Banco do Brasil à Controladoria Geral do Município, em resposta Ofício CGM/PK nº 014/2019, Ofício CGM/PK nº 015/2019, Ofício CGM/PK nº 0167/2018 e ao Ofício CGM/PK nº 230/2018.

Portanto, após análise dos Extratos Bancários enviados pelos bancos confrontados com os Balanços Contábeis verificou-se que ambos são compatíveis conforme exposto nas tabelas abaixo, exceto para a contas 6.421-1 e conta 71.0849, da agência 3688-9, conta 3.239.118, da agência 162 e conta 71.002-3, da agência 23965, vez que foram apontadas divergências que serão objeto de esclarecimentos através de nota explicativa feita pela Contabilidade.

Tabela 1 - BANCO DO BRASIL

Baseou-se em um universo de 36 (trinta e seis) contas no Banco do Brasil e utilizou-se em análise a amostragem de 20% (vinte), sendo assim, analisou-se 07 (sete) contas, sendo estas:

| Qt. | Banco | Conta | Saldo c/corrente contábil | Saldo c/corrente extrato bancário | Saldo aplicação contábil | Saldo aplicação extrato bancário | Diferença |
|-----|-----------|----------|---------------------------|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|-----------|
| 01 | B. Brasil | 10.258-x | 0,00 | 0,00 | 74.234,75 | 74.234,75 | 0,00 |
| 02 | B. Brasil | 11.159-7 | 0,00 | 0,00 | 239.618,29 | 239.618,29 | 0,00 |
| 03 | B. Brasil | 11.4154 | 0,00 | 0,00 | 137.489,03 | 137.489,03 | 0,00 |
| 04 | B. Brasil | 11.733-1 | 0,00 | 0,00 | 66.608,52 | 66.608,52 | 0,00 |
| 05 | B. Brasil | 6.8845 | 0,00 | 0,00 | 1.998.166,72 | 1.998.166,72 | 0,00 |
| 06 | B. Brasil | 7.858-1 | 0,00 | 0,00 | 738.813,55 | 738.813,55 | 0,00 |
| 07 | B. Brasil | 8.510-3 | 0,00 | 0,00 | 183.030,23 | 183.030,23 | 0,00 |

Tabela 2 - BANCO DO BANESTES

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

Baseou-se em um universo de 18 (dezoito) contas no Banco do Banestes e utilizou-se em análise a amostragem de 20% (vinte), sendo assim, analisou-se 03 (três) contas, sendo estas:

| Qt. | Banco | Conta | Saldo c/corrente contábil | Saldo c/corrente extrato bancário | Saldo aplicação contábil | Saldo aplicação extrato bancário | Diferença |
|-----|----------|------------|---------------------------|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|-----------|
| 01 | Banestes | 20.476.255 | 0,00 | 0,00 | 341.969,26 | 341.969,26 | 0,00 |
| 02 | Banestes | 26.419.192 | 0,00 | 0,00 | 1.212.933,61 | 1.212.933,61 | 0,00 |
| 03 | Banestes | 7.973.852 | 0,00 | 0,00 | 568.272.948,94 | 568.272.948,94 | 0,00 |

Tabela 3 – CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Baseou-se em um universo de 05 (cinco) contas na Caixa Econômica Federal e utilizou-se em análise a amostragem de 20% (vinte), sendo assim, analisou-se 02 (duas) contas, sendo estas:

| Qt. | Banco | Conta | Saldo c/corrente contábil | Saldo c/corrente extrato bancário | Saldo aplicação contábil | Saldo aplicação extrato bancário | Diferença |
|-----|-------|----------------|---------------------------|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|-----------|
| 01 | C.E.F | 006.00672008-2 | 0,00 | 0,00 | 17.879,31 | 17.879,31 | 0,00 |
| 02 | C.E.F | 006.000710023 | 0,00 | 0,00 | 10.780,28 | 10.780,28 | 0,00 |

4.1.2 Itens de Abordagem Complementar

2.3 GESTÃO PATRIMONIAL

| Item 2.3.1 | | | |
|---|---|------------------------------------|--|
| Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais | CRFB/88, art. 100. / ei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03. | Auditoria Governamental financeira | Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial. |

A despeito do item 2.3.1, registramos que conforme informação contida no Processo nº 1.1142019, **não existem débitos inscritos em precatórios** para o Município de Presidente Kennedy, tanto no que diz respeito ao Regime Comum quanto ao Regime Especial, o que ficou comprovado através das listagens de

precatórios obtida através do site oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (www.tjes.jus.br).

2.6. DEMAIS ATOS DE GESTÃO

| Item 2.6.4 | | | |
|----------------|------------------------------|---|---|
| Pessoal – teto | CRFB/88, art. 37, inciso XI. | Auditoria governamental de conformidade | Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. |

Quanto ao Item 2.6.4, informamos que restou evidenciado que o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados à Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy cumpriu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88, vez que analisamos por amostragem os Relatórios de Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy dos meses de janeiro 2018, abril 2018, agosto 2018 e novembro 2018, da Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Transporte e Frota, cujo resultado foi devidamente demonstrado nas tabelas abaixo.

Ressaltamos, ainda, que os dados foram analisados através da amostragem e **restou constatado que o dispositivo da Constituição Federal foi cumprido**, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

| Nº | Mês | CRFB/88, art. 37, inciso XI. |
|----|---------------|---|
| 01 | Janeiro/2018 | Obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. |
| 02 | Abril/2018 | Obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. |
| 03 | Agosto/2018 | Obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. |
| 04 | Novembro/2018 | Obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. |

Tabela 2 – SEC. MUNICIPAL DE OBRAS

| Nº | Mês | CRFB/88, art. 37, inciso XI. |
|----|---------------|---|
| 01 | Janeiro/2018 | Obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. |
| 02 | Abril/2018 | Obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. |
| 03 | Agosto/2018 | Obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. |
| 04 | Novembro/2018 | Obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. |



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES Controladoria Geral do Município

Tabela 3 – SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTE E FROTA

| Nº | Mês | CRFB/88, art. 37, inciso XI. |
|----|---------------|---|
| 01 | Janeiro/2018 | Obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. |
| 02 | Abril/2018 | Obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. |
| 03 | Agosto/2018 | Obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. |
| 04 | Novembro/2018 | Obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88. |

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES **Controladoria Geral do Município**

Consoante com os resultados apresentados neste relatório fica evidenciado que as atividades da Controladoria Geral Municipal da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy no ano de 2018, foram balizadas pelo compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas desta Administração Municipal e pelo cumprimento do PAAI, atentando sempre para o cumprimento dos princípios que regem a atuação da administração pública.

Apesar dos fatos relevantes que impactaram as atividades ao longo do exercício financeiro, a auditoria interna cumpriu devidamente com as suas atribuições e competências no ano de 2018, ao assistir o Poder Executivo e Legislativo do Município na consecução de seus objetivos institucionais, ao propor melhorias na execução dos trabalhos nas diversas áreas, e ao sugerir soluções para as inconsistências detectadas, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

Além disso, cumpre anotar que na busca da realização da totalidade das ações planejadas, a colaboração das unidades auditadas foi essencial (na maioria das vezes, fazendo cumprir a prioridade legalmente garantida às solicitações de auditoria), para que esta pudesse cumprir com seu planejamento, consolidando, assim, sua função de auxílio no aprimoramento da gestão municipal.

Presidente Kennedy, 19 de março de 2019.

EDILENE PAZ DOS SANTOS
CONTROLADORA GERAL